

O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



EDITORIAL: POR QUE VOTAR NOS COMUNISTAS?

PG.2

PG.4

PERFIL SOFIA MANZANO

PARA A BAHIA MUDAR, EDUCAÇÃO E PODER POPULAR!

PG.6

PG.7

O SEQUESTRO DO FUNDEB PELO GOVERNO RUI COSTA

UM JURISTA PARA ALÉM DOS LIMITES DO DIREITO BURGUÊS

PG.9

PG.10

O POLICIAL É INIMIGO DA SEGURANÇA PÚBLICA

EDUCAÇÃO, SAÚDE E POESIA, DO POVO PARA O POVO!

PG.12

PG.13

ABORTO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

MULHER, JOVEM, LUTADORA POPULAR!

PG.15

PG.16

NÓS, MULHERES, SOMOS LIVRES?

ENTREVISTA DO MOMENTO GUILHERME CORONA REIS

PG.18

PG.20

UNIVERSIDADE POPULAR

MEMÓRIA - DE JORGE AMADO PARA CARLOS MARIGHELLA*

PG.21

Por que votar nos comunistas?



Fotos: Divulgação PCB

Por Milton Pinheiro

Estamos nos aproximando do pleito eleitoral que ocorrerá no dia 2 de outubro. É um momento importante para se examinar o grave quadro socioeconômico do Brasil e da Bahia. A cena política informa uma situação atentatória aos interesses da classe trabalhadora e do conjunto da população. Apesar de metodologias equivocadas para contabilizar o emprego, que não dão conta da real situação dessa questão e do desalento no Brasil, temos um grande desemprego estrutural que coloca em risco a sobrevivência da população.

Para além da violência do desemprego estrutural, um contingente muito expressivo de pessoas entrou para a situação de fome no Brasil. Mais de 33 milhões brasileiros/as que estão passando fome em nosso país. A estrutura social da sociedade submergiu na mais degradante condição humana. O mínimo arcabouço das políticas públicas que, mesmo com poucos recursos, tentavam preservar a população da fome, miséria social, etc., foi destruído nos últimos 6 anos de governos de radical postura neoliberal.

A violência cresceu nas cidades e no campo, com mortes em profusão; o Estado associou-se em alguns lugares ao crime organizado (vulgarmente chamado de milícias) e ficou indistinto na relação com a população preta, periférica e proletária das mais diversas periferias. As polícias dos estados (Civil e principalmente PM) são responsáveis por um conjunto gigantesco de assassinatos dessa população criminalizada pelo estado brasileiro. A execução do pobre, preto e periférico é televisionada, sem nenhuma medida efetiva dos governos para conter essas chacinas.

A política de proteção ao trabalho e o sistema de proteção social foram destruídos a partir do governo Temer, e essa destruição foi levada ao extremo no governo do agitador fascista, Jair Bolsonaro. O Estado brasileiro

tomou para si o papel de combate aos pobres e proletários como uma ação para contribuir com a concentração de renda e da riqueza no país.

O sistema de saúde aprofundou sua crise, o SUS está sendo perseguido e garroteado pela falta de recursos. O Brasil está na fila sem fim da falta de atendimento médico. Ao lado dessa questão prioritária da vida social; o governo federal e governos estaduais, a exemplo de Rui Costa na Bahia, tentam desarticular todo o sistema público de educação, ao tempo que tentam privatizar por dentro a universidade pública brasileira, consolidando, assim, um amplo ataque à ciência & tecnologia, a pesquisa científica, a extensão de caráter social e a permanência estudantil em nossas universidades. É a política de cortes severos no orçamento e contingenciamentos criminosos que colocam a educação em risco.

Esse projeto de destruição social é a perene contrarrevolução permanente da classe dominante (independente de qual fração da burguesia comande o bloco no poder), tendo como eixo central a acumulação de capital, extração de mais-valia e o ataque sem trégua ao fundo público. O Estado burguês tem em seu comando no Brasil, personagens dos mais variados tipos: políticos que representam as hordas neofascistas, neopentecostais do comércio da fé, parlamentares do balcão de negócios, empresários da mídia corporativa, milicianos dos pequenos negócios, e representantes da socialdemocracia tardia, de corte neoliberal, que opera na parceria integrada ao sistema da ordem.

Nessa densa conjuntura, a parceria sem princípios dos grupos políticos que integram esse comando burguês, operou um conjunto de contrarreformas e modificações internas ao Estado que tem destruído o Brasil: lei do teto de gasto, lei de (i) responsabilidade fiscal, novas leis de destruição do trabalho e da seguridade



social, privatização do Banco Central (comitê executivo do sistema financeiro), privatizações de empresas do parque estratégico brasileiro, confisco dos recursos da educação-saúde-proteção social e meio ambiente para o chamado orçamento secreto, que se configurou no mais denso modus operandi da corrupção na atualidade.

O país está sendo devastado, a mineração predatória avança nas áreas de preservação e nas terras indígenas; a Amazônia está ardendo em chamas para atender a grilagem dos latifundiários e dos saqueadores da terra que apoiam o agitador fascista, Jair Bolsonaro. Populações indígenas, quilombolas e ribeirinhos estão sendo caçados em suas terras. Queimadas, pesca predatória, mineração criminosa, grilagem e assassinatos dos povos originários têm atacado gravemente o ecossistema brasileiro.

Apesar desse quadro societal e do apassivamento social construído durante 13 anos de governos burgopetistas; é tempo de lutar, é tempo de enfrentar a ordem do capital, é tempo de apresentar o projeto da nossa classe e afirmar o Poder Popular. Durante esse processo eleitoral, não podemos e não devemos ficar encurralados entre o projeto burguês-militar de Bolsonaro e o projeto da parceria conflitiva com a ordem do capital, que utiliza o fetichismo da democracia formal para reforçar o modelo despolitizado da eleição de caráter plebiscitário. Trata-se de uma eleição em dois turnos, a esquerda que não apresenta seu projeto nessa quadra histórica capitula diante da ordem.

Temos projeto, os/as comunistas brasileiros/as têm uma candidatura para enfrentar a ordem do capital Brasil e suas variantes neste momento histórico: a economista e professora **SOFIA MANZANO** e o jornalista **ANTÔNIO ALVES** (chapa do PCB) encarnam o projeto do Poder Popular. Em linhas gerais, trata-se da reestatização do parque de empresas estratégicas do Brasil; colocar a Petrobras a serviço do desenvolvimento social, tornar sem efeito as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias; criar a lei de responsabilidade social; tornar sem efeito a lei do teto de gasto; avançar em investimentos para a completa estatização da saúde, educação e transporte público; jornada de trabalho de 30 horas; reforma agrária estrutural; investimentos na pesquisa, ciência & tecnologia; políticas sociais que contribuam para enfrentar o machismo, racismo, a lgbtfobia; polícia unificada e de caráter cidadã, com o fim da PM; legalização

do aborto como política pública de proteção às decisões das mulheres; legalização da maconha; gestão ambiental comunal; um denso plano de construção de moradias populares; criação de frentes permanentes de trabalho; e a implantação do princípio das decisões coletivas a partir do projeto de Poder Popular e sua democracia direta.

Na Bahia, o projeto do PODER POPULAR do PCB está sendo representado pela chapa do professor **GIOVANI DAMICO** e o advogado **JOÃO COIMBRA** que também está balizada nas propostas do programa nacional, mas que aqui, tem propostas específicas para mudar os rumos do estado. É um programa centrado no combate à violência policial (com um estudo profundo sobre essa questão); com um conjunto de propostas que redefinem o papel da educação superior e básica (tornando esses setores prioritários nos investimentos do Estado); mudança total na atual situação da saúde pública na Bahia (com investimentos substantivos para acabar com a fila da regulação); fim da política de financiamento da burguesia (vulgarmente chamada de isenções fiscais); uma política pública de fortalecimento ao sistema de proteção ao trabalho e ao sistema de acompanhamento social; proteção ambiental; valorização cultural; e reafirmação do compromisso de tornar sem efeito todo aquele arcabouço de leis estaduais que retiraram direitos trabalhistas e previdenciários, arduamente conquistados pelos trabalhadores do serviço público estadual; fomento para à reforma agrária; estatização do sistema de transporte; investimento na agricultura familiar e criação de frentes de trabalho. Tudo isso definido a partir das decisões coletivas do PODER POPULAR.

A Bahia também tem uma chapa proporcional do PCB para a Câmara Federal, com quadros jovens e comprometidos com os interesses da classe trabalhadora: **ANA KAREN, CHEYENNE AYALLA** e **GUILHERME CORONA REIS**. Mas, também temos o compromisso de lutar pela reeleição do deputado estadual **Hilton Coelho** (Psol), um lutador que defende os interesses da nossa classe na Assembleia Legislativa da Bahia.

Votar nos comunistas, e seus aliados, é um passo a frente na organização da classe trabalhadora e na defesa do PODER POPULAR.

Avante, venceremos!



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo

Caires, Alexandre Mask, Marcela

Carvalho e João Abreu

Editora

Camila Oliver



o m o m e n t o b a

Diagramação e Capa

João Abreu

Colaboradores desta edição

Giovani Damico, João Coimbra, Ana Karen,

Cheyenne Ayalla e Guilherme Corona Reis

Revisora responsável

Camila Oliver

Colaboradora da revisão

Marcela Carvalho

contato@omomento.org | www.omomento.org

SOFIA MANZANO*Foto: Divulgação PCB*

Sofia Manzano nasceu em 19 de maio de 1971, na cidade de São Paulo, SP. Morou em Guarulhos na infância e depois mudou-se com a família para um sítio na zona rural da cidade de Santa Isabel, na região metropolitana de São Paulo. Realizou o ciclo da educação básica entre a escola pública e instituições privadas de São José dos Campos e Santa Isabel. Voltou a morar na cidade de São Paulo em 1988.

Casada, tem um filho de seu primeiro

casamento e é avó de Tessa. Musicista, toca piano e flauta. Em 1989, participou como flautista da gravação de um disco o "Zimbo Trio e as crianças". Mantém aceso o estudo e a leitura da literatura russa do século XIX e começo do século XX.

Graduada em Ciências Econômicas pela PUC/SP, mestra em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp e doutora em História Econômica pela USP. Em São Paulo, integrou a direção



SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022

do Instituto Luiz Gama (ILG). Aprovada em primeiro lugar em concurso público para professora do curso de economia da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), mudou-se para Vitória da Conquista, Bahia, em outubro de 2013. Hoje, desenvolve pesquisas sobre mercado de trabalho e desigualdade social no capitalismo. Autora de diversos artigos científicos publicados no Brasil e no exterior, tem publicado o livro Economia política para trabalhadores (São Paulo, ICP, 2ª edição, 2019), novamente esgotado.

Começou a sua militância no PCB em 1989, durante a campanha presidencial daquele ano. Em 1990, ainda muito jovem, participou no apoio às delegações de sindicalistas que decidiram, em histórica Conferência de Praia Grande (SP), a desfiliação do movimento sindical comandado pelo PCB da CGT e aprovou a filiação à CUT. Participou de todos os congressos desse partido desde o 9º Congresso em 1991. A partir de 1992, passou a fazer parte do Comitê Central da Reconstrução Revolucionária do PCB.

Além da militância na Reconstrução Revolucionária do PCB, a partir de 1992, em conjunto com outras e outros jovens comunistas, a exemplo de Leandro Alberto, reorganizou a União da Juventude Comunista (UJC), ocupando sua presidência. Ainda nessa organização e também a partir de 1992, teve importante trabalho no restabelecimento dos contatos internacionais dos comunistas, impulsionado pelos movimentos de juventudes comunistas de vários países e que também promoviam seus ajustes de contas com os diferentes rachas reformistas no movimento comunista e nos partidos comunistas. Nessa tarefa, viajou para a Colômbia, Argentina, Portugal, Cuba, ainda nos anos 1990. Em Portugal, onde esteve duas vezes com essa tarefa, nessa década para atividades políticas da UJC, participou, em fevereiro de 1995, da reunião da FMJD que buscou reorganizar essa instância das juventudes democráticas e revolucionárias.

Ocasão em que garantiu a permanência da UJC no Conselho Geral da FMJD.

A partir das tarefas internacionais do movimento de juventudes revolucionárias, como dirigente da UJC, participou da organização da delegação brasileira ao XIV Festival Mundial da Juventude que ocorreu em Cuba em julho de 1997, bem como do operativo do Cone Sul durante o Festival. No Movimento Estudantil foi dirigente do Centro Acadêmico Leão XIII, na PUC, tendo participado de vários congressos da UNE nos anos 90.

No Movimento Sindical, enquanto trabalhava no ensino superior privado, em São Paulo, foi da base do Sinpro – SP. A partir de 2013, passou a integrar a base da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ADUSB, seção sindical do ANDES. Foi vice-presidente da ADUSB entre os anos 2015 e 2016. Em 2015, integrou o comando da greve das universidades estaduais da Bahia, participando das mesas de negociação junto ao governo estadual. Uma greve importante que teve como pauta a defesa da carreira docente, aumento no orçamento para as universidades estaduais e o apoio às pautas da permanência estudantil.

Faz parte da Unidade Classista e compõe a Fração Nacional da UC no Andes-SN. Assim, tem participado regularmente dos congressos desse sindicato bem como no movimento sindical na base. Em 2014, integrou a chapa do PCB, encabeçada por Mauro Iasi, na vice-presidência. Hoje, é a candidata do PCB à presidência da república.

Para a Presidência da República, vote 21, vote Sofia Manzano!

PARA A BAHIA MUDAR, EDUCAÇÃO E
PODER POPULAR!

Foto: Bia Galvão

Nascido em 17 de setembro de 1992, na zona rural da cidade de Santa Cruz das Palmeiras, interior de São Paulo, **Giovani Damico** mudou-se ainda criança para Salvador, onde foi criado e residiu a maior parte de sua vida. É jovem pai de uma menina soteropolitana de sete anos que desde cedo acostumou-se com a ideia do comunismo presente dentro de casa e em seu cotidiano. Damico é graduado em Geografia pela UFBA, onde aproximou-se do Movimento Estudantil, ingressando na União da Juventude Comunista e, logo na sequência, nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro, na “Célula de Trabalhadores da Educação”. Hoje, Giovani Damico é mestre em Ciências Sociais pela UFBA, e professor de Geografia concursado da rede estadual. Como professor, tem sua organização na corrente sindical do PCB, a Unidade Classista, integrando a então oposição sindical da APLB (Associação dos Professores Licenciados do Brasil).

Em 2020, Giovani Damico foi destacado pelo PCB para assumir a tarefa da candidatura a Vereador de Salvador, que desempenhou com enorme dedicação através da campanha “Prof. Gio: para Salvador Mudar, Juventude quer Poder Popular”. **Nestas eleições de 2022**, Damico assume uma nova tarefa: a de ser candidato, pelo **PCB**, a **governador** da Bahia. Assim, em um período onde o mercado de trabalho marca a ferro e fogo a vida dos jovens brasileiros e baianos, somados aos ataques desferidos pelo governo baiano aos servidores e à educação pública, vale muito a pena reler o texto **“O Sequestro do FUNDEB pelo Governo Rui Costa”** publicado por Damico na edição de número 22 de O Momento – O Diário do Povo. **Nas urnas, em 2022, para o Governo da Bahia, vote 21!**

O SEQUESTRO DO FUNDEB PELO GOVERNO RUI COSTA

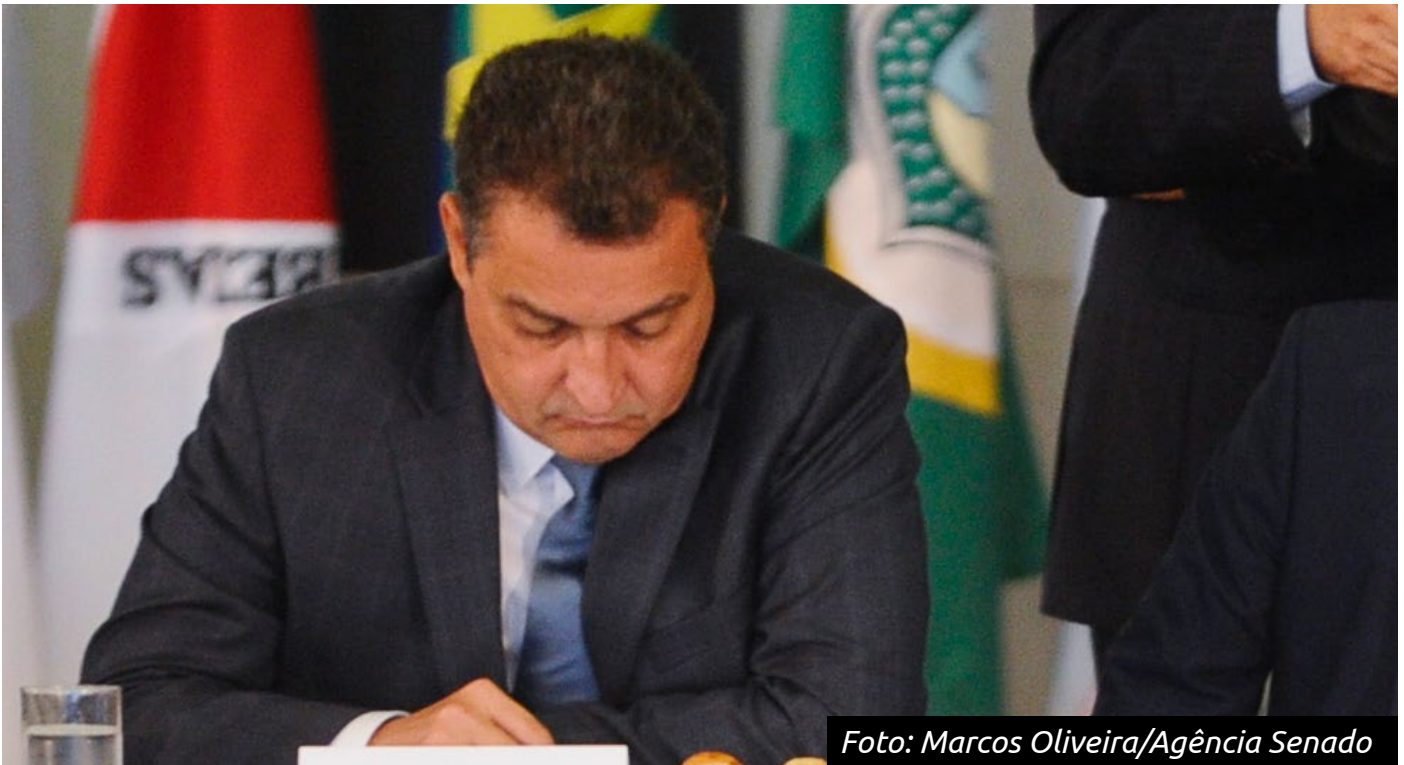


Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Por *Giovani Damico*

No ano de 2020, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi transformado em uma nova Lei permanente, mantendo e aprofundando o papel do fundo homônimo que expirou naquele ano. O Fundo se constitui de um instrumento de alimentação dos recursos na Educação básica, tendo como uma de suas principais prerrogativas o aperfeiçoamento dos trabalhadores servidores da Educação Pública brasileira.

A atribuição do FUNDEB enquanto um Fundo de qualificação, garante que parte dos recursos não investidos diretamente na manutenção das escolas e creches da rede básica, devem ser revertidos diretamente no aperfeiçoamento do pessoal, seja na forma de abonos, aumentos salariais, gratificações e estímulos à produtividade. Ao final de 2021 foi regulamentada uma nova legislação que visava acabar com ambiguidades referentes à temática dos repasses das chamadas “sobras do FUNDEB”, ou seja, todo o montante de recursos não utilizados na-

quele ano para custeio corrente, e que deveriam ser direcionados para remuneração dos docentes e trabalhadores da educação básica em cada estado brasileiro.

Na Bahia a política neoliberal de Rui Costa vem instituindo de longa data ataques continuados à Educação Pública, seja no Ensino Superior, seja no Ensino Básico. Rui Costa vem implementando um modus operandi, onde todo tipo de corte na folha de pagamento é estimulado, inclusive negando aos servidores direitos básicos, como transporte e alimentação. O cenário caótico se desdobra para os orçamentos das Universidades, que em abril culminaram em mobilizações das Universidades Estaduais da Bahia, por uma paralisação estadual, que contou com uma Caravana para a capital baiana.

Na Educação Básica o cenário se mostra ainda mais caótico, uma vez que as perdas salariais acumuladas ao longo dos últimos anos, se juntam ainda com as diversas omissões, a precarização continuada das

condições de trabalho, a ausência sistemática de políticas de incentivo e qualificação, bem como a manutenção infra-estrutural da Rede. Com a pandemia deflagrada em 2020, a situação na Educação baiana assume ares de inviabilização quase completa. Não à toa no ano de 2020 a rede básica levou um ano inteiro buscando se reestruturar para a garantia das aulas em modalidade remota, a despeito das gravíssimas falhas estruturais, seja nas escolas, seja na garantia de condições mínimas de acesso a internet e condições de estudo ao alunado em suas residências.

Mediante tal cenário, a rede estadual retoma os trabalhos em ritmo dobrado no ano de 2021, instituindo um biênio letivo 20/21, num corte dramático, marcado pelo adoecimento dos docentes, pelo luto generalizado, e pelas péssimas condições de trabalho para docentes. Do outro lado o alunado se via imerso sob péssimas condições de aprendizado, em suas casas desprovidos de acesso adequado à internet, materiais didáticos e pedagógicos, ausência de condições físicas e materiais para desenvolver plenamente os estudos. O Ano de 2020 e 2021 assim marcaram o aprofundamento da precarização da Educação Pública, bem como o descompasso e desnível perante à educação privada, tendo sido os ENEM deste período os mais excludentes.

Após a realização de uma jornada letiva de enormes percalços o ano de 2021, os professores da rede básica na Bahia vêm instituindo um grande esforço para nivelamento do alunado, que acumulou enormes déficits no período. No entanto, os ataques direcionados à educação não diminuem, tendo sido implementada pelo Governo Bolsonaro uma legislação que visa sequestrar o tempo de serviço dos docentes durante a pandemia. Medida que encontrou amplo apoio e respaldo de Rui Costa.

A sanha neoliberal do petista encontrou no FUNDEB mais uma de suas frentes de ataque. Tendo sido o fundo sequestrado pelo Governo do Estado, que até o presente momento não conferiu aos servidores e servidoras quaisquer esclarecimentos acerca dos repasses das sobras do fundo para a

categoria. No interior do estado, alguns municípios iniciaram o processo de pagamento aos servidores, tendo municípios como Lauro de Freitas, finalizado os repasses dos abonos.

O cenário do Sequestro do Fundeb, é mostra de uma política continuada de desarticulação da educação Pública. Onde os investimentos em educação são convertidos ao mínimo possível. Procedimentos como licenças para qualificação, como mestrado, especialização e doutorado, têm sido sistematicamente boicotados pelo governo petista baiano, bem como a progressão de carreira nos casos em que os docentes conseguem a nova titulação, encontram diversos entraves burocráticos e esperas de no mínimo um ano para implementação. O FUNDEB deixa assim de ser um instrumento de qualificação e estímulo à qualificação, para virar um aporte a todo tipo de uso escuso por parte de um poder público comprometido com a ordem do capital.

Na quadra histórica onde as escolas públicas vêm sendo vendidas, militarizadas ou precarizadas, o compromisso com a educação se torna marca incontornável de qualquer programa de transformações sociais substanciais. A reversão do sequestro do FUNDEB se mostra como uma urgência, que deve ainda vir associada com reversões nos diversos ataques a educação, com garantia dos direitos fundamentais dos servidores, em uma política que coloque a educação à serviço da classe trabalhadora baiana e brasileira.

SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022

UM JURISTA PARA ALÉM DOS LIMITES DO DIREITO BURGUÊS



Foto: Daniel Drummond

Maranhense, filho da ilha de Upaon Açú em São Luís/MA, baiano por opção e por paião, João Coimbra é militante do Partidão e aterrissou no Direito na busca de compreender como essa forma política poderia auxiliar em transformações sociais. Teve passagens pelo Diretório Central de Estudantes e, durante sua trajetória, entendeu que a tão sonhada transformação jamais poderia vir da sua área de formação, sendo esta ferramenta de manutenção de tudo aquilo que o incomodava. Comunista desde a infância por forte influência de seus pais, retornou para a Academia e obteve o título de Mestre em Direitos Internacionais pela Arizona State University/EUA e, atualmente, é doutorando em Estudos Africanos na UFBA. O camarada João Coimbra, além de forte presença nos movimentos sociais, tem sólida

atuação nas pautas antirracistas, desencarceramento e defende uma Segurança Pública completamente remodelada com foco na vida, geração de emprego e renda e o fim do genocídio negro causado pela falaciosa guerra às drogas. Compõe a chapa majoritária do PCB nas eleições estaduais de 2022, sendo postulante ao cargo de vice-governador do Estado da Bahia, seu número na urna é 21.

Publicou o texto **“O Policial é Inimigo da Segurança Pública”** na edição nº 16 do Jornal *O Momento – Diário do Povo*, e declara um amor especial por esta produção, ainda que atualmente alguns aspectos acerca do tema abordado já tenham se modificado, segue bastante atual.

Confira o texto:

O POLICIAL É INIMIGO DA SEGURANÇA PÚBLICA



Foto: Gaudio Fotografia

Por João Coimbra

Antigamente, os circos tinham entre suas atrações a figura do “domador de leões”: com uma roupa cintilante, um chicote em uma mão e uma cadeira em outra, dominava a fera que, protestando com urros ameaçadores, não o devoraria. O domador, por ter sobrevivido, recebe as palmas do público.

É possível que o leão fosse treinado, dócil, incapaz de ferir um ser humano. Mas, a atração do circo dependia da ilusão do perigo, da demonstração de coragem, e – é claro – de ver um leão de perto.

É importante pensarmos sobre como a ilusão se dá numa apresentação como essa: o domador é real, o leão é real, os rugidos graves e o assobio do chicote também são reais. Sendo assim, onde está a ilusão?

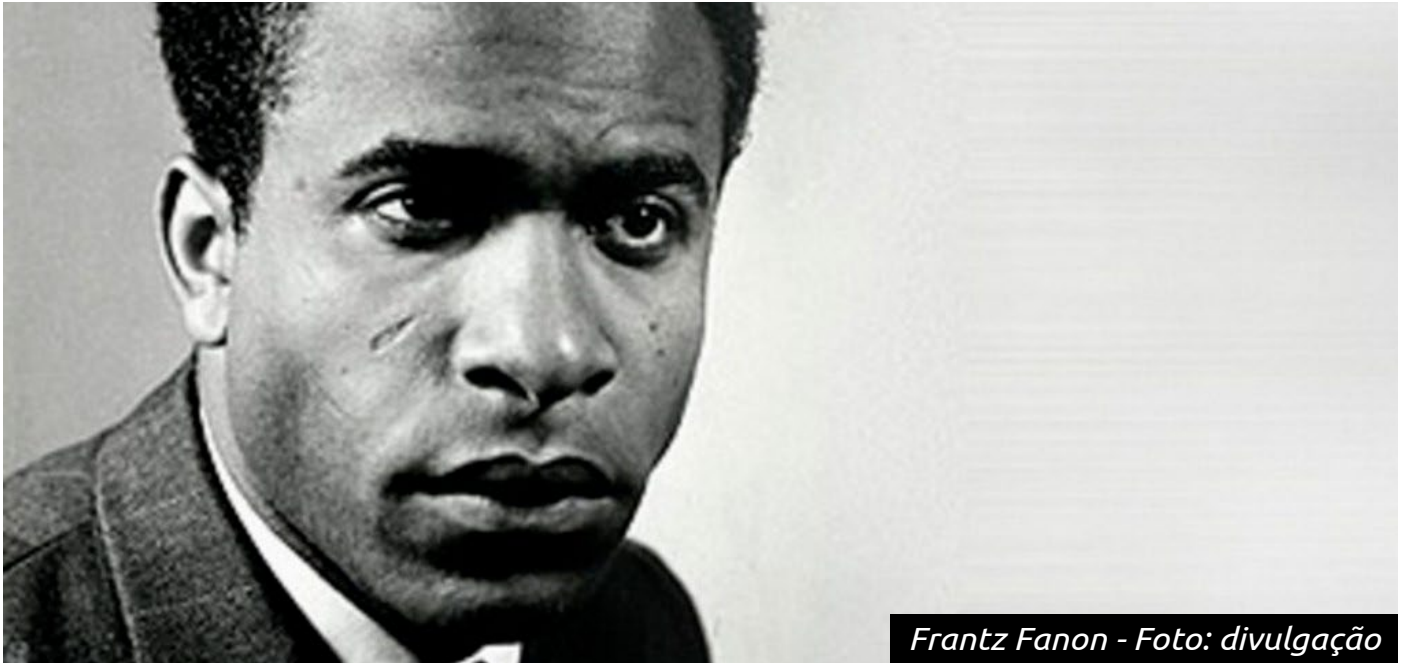
Em 2020, vimos o que só poderia ser descrito como um “domador de policiais”: [um empresário morador do Alphaville](#), em São Paulo, enfrenta um policial armado contando apenas com ofensas, bravios e menções a sua conta bancária.

Assim como acontece com sua contraparte circoense, não há perigo real – somente a ilusão dele. O “domador de policiais” também é real, o policial e suas armas também são, e ainda assim o espetáculo não corre nenhum risco de terminar em sangue. Onde está a ilusão?

“Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta. Aqui é Alphaville”, disse o branco paulista. E este é o segredo na sua forma mais crua: o leão é treinado desde o seu nascimento a nunca morder seu domador. O domador, por sua vez, não seria capaz de enfrentar qualquer leão que visse a sua frente, somente aquele que nasceu para ser derrotado.

O policial tem uma função única: ser derrotado pelo rico. Ele não tem escolha, posto que sua existência foi desenhada como uma fronteira entre a cidade do rico e a cidade do pobre. É o que escreve Frantz Fanon: “*O mundo colonial é um mundo compartimentalizado. [...] A linha que o divide, a fronteira, é representada pelos quartéis e departamentos de polícia. Nas colônias, o agente oficial, legítimo, o porta-voz do colonizador e do regime de opressão é o agente de polícia ou o soldado*”.

O “mundo colonial” que Fanon se refere é aquele que sofreu uma invasão europeia em determinado momento da história, e até hoje não resolveu as mazelas trazidas por esses invasores. No Brasil, a colonização significou o genocídio de povos indígenas, a escravização de povos africanos, o roubo de terras e recursos naturais – e o estabelecimento de um regime jurídico que justificasse todos os crimes



Frantz Fanon - Foto: divulgação

coloniais, chamando-os de “ordem pública”.

Hoje, a polícia serve exatamente para garantir essa mesma “ordem pública”. Protegem os latifúndios, atacam os indígenas, atacam os negros. Sua presença é uma presença violenta, suas armas são armas de guerra, seu treinamento se baseia em matar quem “deve” morrer.

Nas palavras de Fanon, “o agente do governo usa a linguagem da pura violência. O agente não alivia a opressão ou mascara a dominação. Ele as ostenta e demonstra com a consciência tranquila do operador da lei, e traz a violência para os lares e mentes do sujeito colonizado”.

O policial, portanto, está preso na própria violência. Um policial que não é um brutamonte não está cumprindo seu dever de garantir a “ordem pública”; um policial que não mata, não deixa clara a dominação de classe.

Não estamos falando de teoria. [Salvador é a capital com a maior taxa de negros mortos pela polícia](#), como indicam os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ao mesmo tempo, [os bairros mais negros de Salvador são os que tem menos acesso a políticas públicas](#), como prova a pesquisa efetuada pelo Iniciativa Negra.

A pobreza da população é um projeto político. A falta de infraestrutura, as péssimas condições de transporte e o desemprego são agravadas pela presença assassina da viatura da polícia. Nossa cidade faz parte do mundo colonial, são duas cidades onde a farda bege serve de fronteira.

Por isso, é falsa toda proposta de reforma da polícia militar. Não há como resolver a questão da violência policial quando esta é a razão pela qual a

instituição foi criada. O policial militar não diminui a atuação do crime organizado, porque [são eles mesmos quem fornecem as armas e munições para estes grupos](#). O policial militar não trava uma “guerra às drogas”, porque [há mais drogas na Pituba que no Nordeste de Amaralina](#), mas é na periferia que o policial atira. Somos nós quem morremos.

O “domador de policiais” entende que, no seu processo de adestramento, o agente é condicionado a não olhar nos olhos do branco, para não o ameaçar. O “domador de policiais” compreende que a polícia não serve para garantir a segurança pública, mas a segurança **dele**.

Nós, classe trabalhadora, precisamos entender que nossa segurança pública está ameaçada pelo policial militar. A segurança das nossas crianças, dos nossos idosos e a nossa própria dependem da nossa mobilização política. Precisamos conversar entre nós mesmos, descobriremos nossa força coletiva e nossa capacidade organizacional.

Se nossa pobreza é um projeto político, precisamos construir outro projeto político, de força ainda maior, que tenha como objetivo central a erradicação desta pobreza. Isso significa dizer acabar com o mundo colonial, o que despertará a ira dos ricos, dos “domadores de policiais”.

Mas, diferente do domador de leões, o “domador de policiais” também se deixou enganar pela ilusão. Ele acredita ser o mais valente, acredita que suas ordens soberbas e sua conta bancária são capazes de dobrar a todos nós.

O branco, o colonizador, o rico, perdido na sua ilusão, descobrirá em breve que nós não temos medo de chicote.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E POESIA, DO POVO
PARA O POVO!

Foto: Bia Galvão

Nascida no sertão baiano, na cidade de Uibaí, a camarada **Ana Karen Oliveira Souza**, além de Feminista Classista, expressa sua pluralidade atuando como Médica da Família, Professora e Educadora Popular; é ainda uma requintada Poetisa. Cercada de projetos políticos e de arte desde os tenros 7 anos de idade, Ana Karen sempre esteve envolvida no Movimento Estudantil durante sua vida acadêmica. Coordenou o DCE da UEFS, e em 2013 entrou para a União da Juventude Comunista (UJC), sendo a primeira secretária política do coletivo. Esteve à frente da construção do Movimento por uma Universidade Popular (MUP), e atualmente é secretária política do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM).

Compõe também o Comitê Central do PCB, e é, nas eleições de 2022, **candidata à Deputada Federal pelo Partidão. Nas urnas, Ana Karen é 2110!**

Em setembro de 2020, publicou em *O Momento*, como coautora, o importante texto **"Aborto e violência contra a mulher"**, em um momento delicado onde fundamentalistas insuflados pela então ministra Damares e outras figuras da extrema direita brasileira protestavam contra um procedimento legal de aborto de uma menina de 10 anos de idade proveniente de um estupro em Pernambuco. Segue o artigo:

ABORTO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



Foto: Divulgação

Por Rômulo Caires e Ana Karen Souza

A temática do aborto, tão cara a uma sociedade em recrudescimento conservador, voltou a acender amplos debates na sociedade brasileira a partir do trágico evento ocorrido em Pernambuco no último mês. Um grupo de pessoas, içadas por “denúncias” e publicização da ministra Damares e por Sara Girimoni partiu em direção ao Hospital de Pernambuco, na qual uma menina de 10 anos se encaminhava para a realização de um aborto legal. A gravidez havia ocorrido após mais um dos seguidos estupros realizados por tios e outros familiares desde os seis anos de idade. Apesar do grito dos fundamentalistas, a criança teve acesso ao procedimento. Porém, fica mais uma vez demonstrada como direitos duramente conquistados estão cada vez mais ameaçados. A portaria lançada pelo Ministério da Saúde em 28 de agosto comprova o momento regressivo, dificultando ainda mais o acesso ao procedimento legal do aborto em casos de estupro.

No Brasil o aborto é legal em três situações: em casos de estupro, anencefalia e nas situações que a gravidez gera riscos à vida da mulher. Nos últimos anos houve várias tentativas da “banca evangélica” em fazer retroceder tal legislação a partir de projetos apresentados na câmara de

deputados, o mais conhecido deles foi o Estatuto do Nascituro, que conferia direitos legais ao feto desde o momento embrionário. Isso significaria que mesmo em gestações que poderiam levar a mulher à morte, sem viabilidade da gravidez, a mesma deveria ser mantida. Daí se impõe uma pergunta essencial: qual vida importa? Em países que legalizaram amplamente o aborto, como o Uruguai e a França, e que também investiram em outras estratégias tais como educação sexual e ampliação de acesso a serviços de saúde, observou-se significativa redução no número de abortos. Enquanto no Brasil, dados do DataSUS apontam que no primeiro semestre de 2020, o número de mulheres atendidas pelo SUS em casos de abortos malsucedidos – provocado ou espontâneos- foi 79 vezes maior do que o de interrupções da gravidez previstas em lei. Foram realizadas mais de 80 mil curetagens, procedimento muito mais frequente em abortos provocados do que em abortos espontâneos. Além disso, quase 68% dos procedimentos pós-aborto se concentraram nas regiões Norte e Nordeste.

Os dados podem indicar o quanto as barreiras de acesso ao aborto legal podem não só aumentar a incidência dos abortos provocados e aumentar

os custos hospitalares em procedimentos pós-aborto clandestinos, como também indica que em locais com piores condições socioeconômicas há maior quantidade de tentativas de aborto. Quando o assunto é interrupção legal da gestação em casos de estupro, a situação é ainda mais grave. Os dados evidenciados pelo Anuário de Segurança Pública de 2019 mostram que ocorreram mais de 66 mil registros de estupros no ano anterior, 81,2% das vítimas sendo mulheres e 53,8% tinham até 13 anos. Comparando com o número de interrupções legais registrados, nota-se uma grande discrepância entre tais dados, apontando para uma possível barreira de acesso das mulheres ao aborto previsto em lei. Tais evidências sugerem também um processo de normalização da violência sexual. A violência sexual é um fenômeno universal, que atinge pessoas de diferentes sexos, gêneros, idades, classes sociais e cor. Porém, as mulheres, principalmente as mulheres negras, população LGBT e crianças são as mais atingidas. Também são essas mesmas pessoas que costumam ter negado o acesso a serviços de saúde e demais formas de amparo do Estado, evidenciando-se a consolidação do descalço com a vida desses seres.

Cabe notar também que vivemos em uma sociedade no qual as questões sexuais são um tabu e, ao não serem dialogadas com as crianças, deixam-nas ainda mais suscetíveis às agressões. O projeto Escola sem Partido, encabeçado por arautos da extrema-direita, foi um exemplo significativo das tentativas de transformação da sexualidade em tabu. O projeto tinha como centralidade o combate a todas as iniciativas que visavam ampliar o debate sobre a diversidade de questões relacionadas às práticas afetivas e sexuais, o questionamento das formas hegemônicas de constituição da família, orientações sexuais e identidade de gênero. A construção da normatividade sexual na sociedade burguesa tem muita relação com esse estado de coisas. Tal norma é baseada na aceitação de uma dupla moral sexual: por um lado, os homens são estimulados e protegidos em suas aventuras e desventuras sexuais; por outro lado, as mulheres são amplamente direcionadas a papéis ligados à passividade e pureza, sendo bloqueado o acesso aos saberes sobre o seu próprio corpo, além de serem tratadas enquanto mero objeto de gozo dos homens.

Tal estruturação ideológica lega às mulheres a

tendência de se tornarem propriedade privada dos homens, impedindo o alcance das diversas dimensões de realização social, muitas vezes destinadas à mera reprodução do núcleo familiar burguês enquanto esposas e mães. Dessa forma, também se eterniza um modelo único de constituição de laços afetivos, que cada vez menos corresponde à realidade concreta brasileira, essa última muito distante da “família margarina” proposta como horizonte normativo.

Realizar o aborto remete à possibilidade da mulher escolher se irá ou não manter uma gestação, bem como escolher se manterá ou não uma família nos moldes burgueses, em que precisam limpar a casa, cuidar das crianças e do marido – além de trabalhar fora. As tarefas domésticas poderiam ser realizadas pelo Estado a partir de creches, lavanderias e restaurantes públicos. Criminalizar o aborto é a outra face da negação total de serviços que poderiam ser coletivizados e tornados serviços comunitários, mas que em nossa sociedade são reproduzidos pelas mulheres no seio da família, em múltiplas jornadas de trabalho.

Nesse sentido fica evidente que as barreiras impostas ao debate racional sobre a questão do aborto indicam muito mais a necessidade estrutural de subjugação das mulheres, especialmente das mulheres trabalhadoras, do que uma preocupação com a proteção da vida. É fundamental olhar a questão sob o ângulo da saúde pública, ampliando os debates sobre o acesso e disponibilidade de procedimentos seguros, como também se impõe a necessária crítica à estrutura ideológica que retroalimenta a sociabilidade do capital, que retira das mulheres a sua capacidade de agência, assim como retira direitos básicos. É ainda atual a frase do pensador francês Fourier, para quem o grau de civilização de uma sociedade se mede pelo grau de liberdade das mulheres.

SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022

MULHER, JOVEM, LUTADORA POPULAR!



Foto: Bia Galvão

Cheyenne Ayalla é uma jovem lutadora popular, Secretária Política do Núcleo de Bairros da União da Juventude Comunista (UJC) e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). De origem periférica e filha de professores, a jovem estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA) traz vigor e disciplina para a luta, atuando ativamente na construção dos movimentos populares e de bairros da cidade de Salvador. Cheyenne Ayalla é a força da juventude na combatividade anticapitalista. Nas eleições 2022, é **candidata a Deputada Federal**, pelo **PCB**, nas urnas, seu número é **2121**. Uma candidatura na proposta do Poder Popular que se apresenta como uma alternativa no caminho de colocar os interesses do povo, das comunidades e bairros no protagonismo da

luta política.

Na edição de número 24 de *O Momento – Diário do Povo*, Cheyenne Ayalla publicou o texto “Nós mulheres, somos livres?”, no qual aborda um tema de extrema relevância na vida das pessoas com útero: a violência obstétrica, a qual, nas palavras da camarada, “...incorpora tanto violência física, verbal e psicológica bem como negligência no atendimento médico desde o momento que a gestante dá entrada no hospital para o parto. Para entender este processo, com uma visão feminista e classista, devemos ler de forma concreta e histórica a sociedade que nos rodeia”. Às vésperas de uma eleição em que o voto feminino é tão disputado, é fundamental retomarmos esta leitura:

NÓS, MULHERES, SOMOS LIVRES?



Por Cheyenne Ayalla

Em 10 de julho de 2022, fora noticiada nacionalmente a violência cometida por um médico anestesista à uma mulher cis durante um procedimento que se apresenta como um daqueles de maior vulnerabilidade e também de significado na vida de uma mulher. Trata-se de um estupro em pleno trabalho de parto. Este, que é um trauma irreparável, realizado da forma mais torpe que poderíamos imaginar, nos coloca de frente a conformação de uma estrutura social de bases machista, misógina e fundamentalmente classista.

Essas relações evidenciadas na cultura do estupro se escancaram também diante de abordagem de prisão deste “profissional”. Preso em flagrante, a abordagem comedida reflete não apenas um determinado pacto de viés racista que se estabelece entre a estrutura do Capital e a instituição policial, mas rememora aquilo que Sofia Manzano

outrora levanta entre as palavras de Angela Davis: ao mencionar que “a estrutura de classe da sociedade capitalista abriga um incentivo ao estupro”, ressalta como aqueles que livres de quaisquer processos judiciais, exercem, na legitimidade de seu poder, sucessivas agressões de forma incontestável. Estes encontram-se em enunciado claro por Davis. São “homens da classe capitalista e seus parceiros de classe média”.

Mesmo que as considerações acima trate de um texto dedicado as relações da crise da ordem capitalista e sua relação direta com a cultura do estupro, cabe a nós destacar essa complexa relação quanto a violência obstétrica. Para entendermos melhor a dimensão de tal problemática social, consideramos de início, que de 81% das mulheres brasileiras que sofreram algum tipo de agressão, cerca de 25% dessas mulheres relacionam essa violência com a questão



obstétrica. Levando em conta que este é um problema de escala mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS) se posicionou a respeito do tema a partir da publicação de um documento sobre a prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto, uma vez que a discussão é fundamental. Mas esta medida não é suficiente. Do caso supracitado, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, acaba sendo mais um número nessa estatística. Mesmo que exista uma legislação que impeça tais atos dimensionados frente às diretrizes da OMS, ainda não é suficiente para extinguir esta barreira social, uma vez que o caráter punitivista dos mesmos ainda não é capaz, sozinho, de coibir tal ação.

É preciso considerar todas as camadas que permeiam esse problema. A violência obstétrica incorpora tanto violência física, verbal e psicológica bem como negligência no atendimento médico desde o momento que a gestante dá entrada no hospital para o parto. Para entender este processo, com uma visão feminista e classista, devemos ler de forma concreta e histórica a sociedade que nos rodeia.

Em primeiro plano, à medida em que a economia nacional é prejudicada pela ofensiva neoliberal aqueles que estão nas posições da base dessa sociedade de classes são os primeiros a serem atingidos pela violência estrutural, como, por exemplo, as mulheres das classes trabalhadora, sobretudo negras e periféricas. Nesse âmbito, por ocupar os cargos de oferta de serviços que tem decaído e precarizado sistematicamente nos últimos anos de crise a interdependência dentro dos lares bem como o rebaixamento do bem-estar estão anelados a essa progressiva e assustador aumento de violência domésticas vividas por essas mulheres. Diante disso, o processo cíclico de crises e lucros do capitalismo, principalmente, o brasileiro, que é dependente, implica na autonomia e emancipação das mulheres e em sua independência financeira o que traduz em sua submissão material aos seus companheiros, que as detém como patrimônio, como objeto. Nesse entendimento, tal fato, implica na emancipação dessa parcela significativa da

sociedade.

Em segundo plano, uma visão histórica das relações de poder e gênero é mais antiga até que o próprio capitalismo, mas não mais antiga que a luta de classes. Desse modo, o patriarcalismo e machistas foi absorvido e colocado como um dos sustentáculos da sociedade capitalista onde a servidão de gênero se harmonia com dominação de classe, onde a classe hegemônica que castra a emancipação das demais faz esse papel do opressor das minorias em direitos e voz.

Dada essas circunstâncias e reflexões o objetivo urgente é planejar e se organizar para findar essa violência de gênero que as mulheres sofrem todos os dias, desde o nascimento até a morte.

Dito isso, uma revolução, ou seja uma mudança radical da sociedade, que incorpore classe, gênero e raça, pois esses estão entrelaçados e são inseparáveis para pensar e realizar uma mudança social, mude essa gama de opressões que a sociedade de classes falida impõe a todos nós.

Como diria nossa grande revolucionária bolchevique Alexandra Kollontai "A libertação feminina só pode ocorrer com a vitória de um outro sistema econômico".

Avante camaradas! Venceremos!

ENTREVISTA DO MOMENTO GUILHERME CORONA REIS



Entrevista por Rômulo Caires

Guilherme Corona Reis - estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA), militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da União da Juventude Comunista (UJC), candidato a Deputado Federal (2100) nas **eleições 2022** pelo **PCB**

O MOMENTO - Você é um destacado dirigente da UJC e tem levantado com muita firmeza as pautas dos estudantes e jovens trabalhadores. Como examina o papel dos estudantes na atual conjuntura?

Guilherme - Os estudantes sempre foram um importante movimento de massas, um ponto de apoio para a classe trabalhadora e suas reivindicações, e se isso já era verdade quando o acesso à universidade era muito mais restrito, hoje, com a ampliação do acesso, o movimento universitário chega a incluir muito mais jovens, mesmo sem chegar ao poder de massas do movimento secundarista. Dito isso, em 2019, os Tsunamis da educação foram algumas das mais importantes movimentações de rua contra o governo Bolsonaro e sua agenda liberal, também foram os estudantes que estavam na linha de frente, junto aos comunistas e setores mais radicais da esquerda, na retomada das ruas em 2021. Os estudantes, com sua característica inconformidade, têm um importante papel na conjuntura: apontar as fissuras dos planos de governo burgueses e a estupidez histórica do liberalismo, caminhando para a superação da ideologia dominante.

O MOMENTO - Quais seriam as questões centrais que hoje impactam o movimento estudantil brasileiro?

Guilherme - Quando falamos de movimento estudan-

til, acabamos por nos referir ao movimento organizado dos estudantes das instituições públicas, já que nas instituições privadas, sejam de ensino superior ou básico, a organização estudantil é, no geral, reprimida. Além disso, é difícil resumir a realidade dos diferentes níveis e modalidades de ensino, as principais dificuldades dos estudantes secundaristas do ensino público estadual não podem ser resumidas nas demandas dos estudantes das instituições privadas de ensino superior. Contudo, em geral as demandas vêm de um lugar comum: a luta contra a mercantilização do ensino, pela educação como um direito básico. Mesmo assim, acho interessante levantar algumas questões urgentes, que fazem parte da precarização do ensino: o sufocamento das universidades públicas, com a diminuição gradual, mas intensa, dos orçamentos; o endividamento da juventude trabalhadora, por meio dos programas de financiamento para as matrículas nas universidades privadas, que servem de transferência de recursos públicos para o capital; a militarização do ensino básico público, como uma expressão do fascismo da educação, pela extensão do policiamento militar ao local de ensino, dificultando a organização dos estudantes; a consolidação do novo ensino médio, com uma conformação do ensino básico às necessidades do capitalismo, descartando qualquer possibilidade de pensar a educação enquanto um direito básico



SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022

voltado para a emancipação humana.

O MOMENTO - Como a defesa de uma Escola e Universidade Popular podem incidir sobre os problemas vivenciados pela juventude?

Guilherme - Para mim, é evidente que somente uma educação de qualidade e humana não é o suficiente para resolver todas as questões da juventude, até mesmo a maioria, já que no nosso país, extremamente desigual, ainda sofremos de fome, desemprego e falta de acesso a direitos básicos. Contudo, não podemos estabelecer uma hierarquia de direitos, colocando quais devem vir antes ou depois, uma educação que supra as necessidades do ser humano é mais que possível, é necessário e imediato. Dito isso, a Escola e Universidade Populares incidem sobre todas essas questões, já que, como todo programa revolucionário, o da educação popular não se encerra em si mesmo, e sim serve de catalisador para as lutas, não podemos pautar uma educação politécnica, completa e integral sem falar de transporte público, alimentação balanceada, moradia, acesso à cultura e lazer e à saúde. Portanto, fica nítido que, ao defender a Escola e Universidade Populares, não defendemos só a educação, e sim um projeto do que deve ser o viver humano, um projeto revolucionário e socialista.

O MOMENTO - Vivemos um processo de radicalização da extrema direita e que incide também sobre a juventude. Como se dá a captura da juventude pelas pautas da extrema-direita e qual o papel dos comunistas na batalha ideológica e organizativa contra a reação?

Guilherme - Em toda época de crise, onde há altos níveis de pobreza, endividamento e desespero, é natural que surjam alternativas reacionárias, que tentam usar do desespero da população para criar um ódio, normalmente direcionado a algum setor minoritário, e assim ascender ao poder com um projeto que, desde a raiz, é antipopular. A juventude, como o primeiro setor a ser atingido pelas dificuldades da crise econômica, já que, de forma geral, está sujeita a contratos mais precários de trabalho, é também o setor mais facilmente capturado por esses agitadores fascistas. Nessa situação, o papel histórico dos comunistas é empreender a mais encarniçada luta ideológica contra o fascismo, mostrando onde estão as mentiras, e apontando as verdadeiras soluções para as contradições do sistema capitalista: a organização do proletariado e a revolução.

O MOMENTO - Conte-nos um pouco sobre sua trajetória, como foi que se compreendeu comunista e como chegou as fileiras do PCB?

Guilherme - Comecei minha trajetória política no IFBA, participando da construção do grêmio estudantil ao lado de outros colegas, que hoje tomaram rumos diversos na militância política. Perto dessa época, entrei

em contato com a luta proletária com o anarquismo, mas após conhecer a obra de Lênin, por uma iniciativa da UJC no meu colégio, cheguei à conclusão, desta vez mais informada, de qual era o meu lugar na luta política, ao lado dos organizadores históricos da classe trabalhadora, no Brasil e no mundo, os comunistas. Após isso, dado ao contato inicial com a UJC, foi simples a minha trajetória para o Partidão, ingressei primeiro na UJC e, posteriormente, no partido.

O MOMENTO - Você é candidato a deputado federal pelo PCB, quais são as suas principais preocupações?

Guilherme - Neste momento, acredito que seja o crescimento da violência política por parte da turba fascista. Apesar da ameaça de golpe, ainda existente, ter diminuído, a violência política levada a frente pelos setores mais radicalizados do bolsonarismo continua ativa, tanto mais quanto as manifestações organizadas da classe trabalhadora se tornaram mais escassas ou esvaziadas. Logo após a tentativa de assassinato da vice-presidente argentina, Christina Kirchner, o peronismo convocou grandes manifestações de rua, criando um ambiente hostil para a multiplicação da violência fascista, demonstrando força e imponência. Já no Brasil, ao contrário, as grandes ferramentas organizativas da classe trabalhadora, como as centrais sindicais, indicaram dar passos atrás quando ameaçados pelo bolsonarismo, esvaziando o Grito dos Excluídos e das Excluídas e conclamando a população a ficar em casa. Ao invés de dar uma resposta dura ao fascismo, e derrotá-lo nas ruas, a esquerda brasileira, em sua maioria, tem se retirado da luta, e isso é preocupante, já que, no momento decisivo, o que impedirá o fascismo será a organização popular.

O MOMENTO - Qual é a sua reflexão sobre o processo de lutas políticas que se movimentam na luta pelo Poder Popular, na perspectiva do socialismo?

Guilherme - A luta pelo Poder Popular, com o socialismo em perspectiva, será, muito provavelmente, um processo de décadas. Não estamos em uma época revolucionária, muito pelo contrário, contudo, após a tempestade do reacionarismo, não são poucas as oportunidades que se abrem para inaugurar o arco-íris da revolução. Nisso, é evidente que os comunistas nadam contra a maré, fazendo nossa tarefa histórica de resistir ao fascismo e preparar nosso partido para tomar a vanguarda da classe e a direção das lutas políticas quando possível. Portanto, este processo de lutas políticas, se bem conduzido, irá, com certeza, nos levar a um processo revolucionário, necessário e vindouro.

Nas urnas, para Deputado Estadual, Guilherme Corona Reis, 2100!

UNIVERSIDADE POPULAR



Imagem: Unsplash

Por Guilherme Corona Reis

No dia 17 de setembro, o presidenciável Lula afirma em suas redes sociais que o ProUni e o FIES, no seu governo, voltarão com força. Para todo lutador que participa ativamente da defesa da educação pública, fica óbvio o perigo dessa promessa, mas a esquerda liberal insiste em criar espantalhos, acusando os radicais de serem contra a presença da população empobrecida na universidade, ou até mesmo da expansão universitária, fugindo da crítica e tentando ignorar a contradição inerente ao seu projeto. Apesar disso, não somos corvos para fugir de espantalhos, e ao contrário de muitos, temos o maior compromisso com a classe trabalhadora e o seu projeto histórico.

Aprovada durante o governo Lula, a lei que estabelece e regula os programas ProUni e FIES foram um duro golpe na perspectiva de um governo popular, fortemente comprometido com as pautas históricas do povo brasileiro. O ProUni, que proporciona bolsas totais ou parciais nas instituições privadas, mascara a isenção de impostos para as universidades privadas, recursos estes que poderiam ser direcionados para a criação de vagas nas universidades públicas. Dizer isso não é se colocar de forma contrária ao ingresso da classe trabalhadora ao ensino universitário, e sim nos colocar ao seu lado e afirmar: não é fortalecendo o mercado privado que se faz isto, e sim com o fortalecimento do ensino público e a subordinação do mesmo ao controle popular.

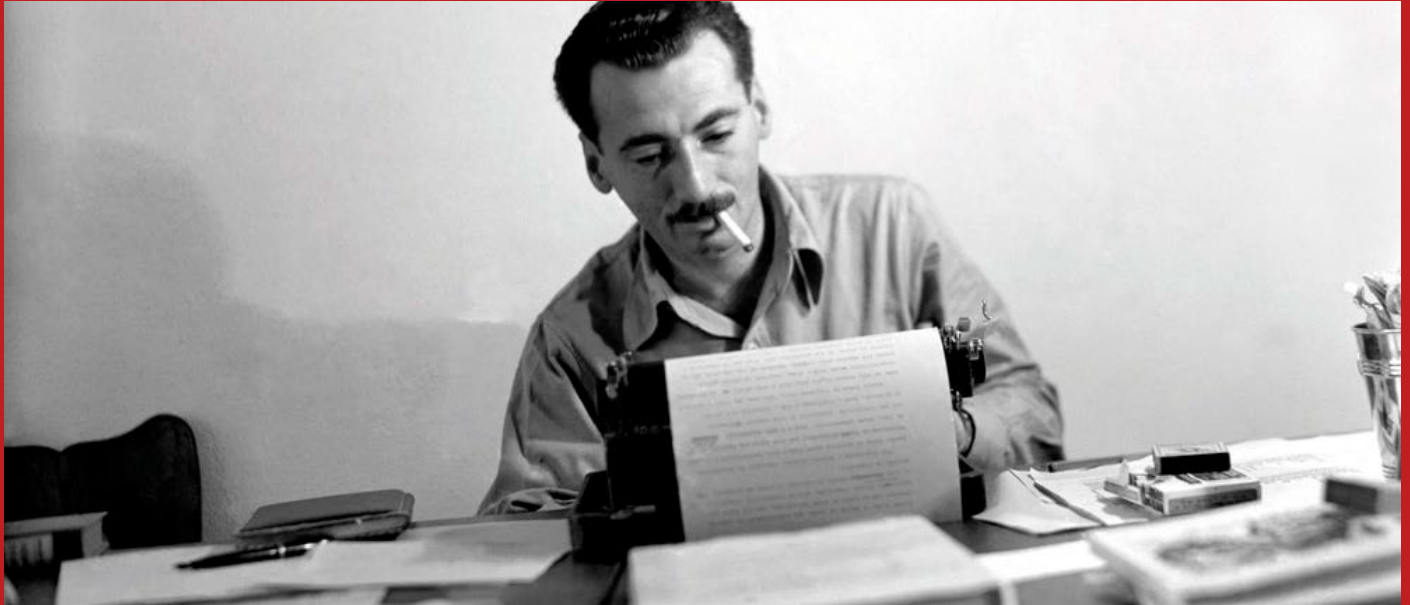
Da mesma forma, o FIES, que não é nada mais que um sistema de financiamento baseado em um fundo público, com certas condições especiais dadas pelo caráter de política pública. Contudo, essas condições não impediram a juventude de, ao não conseguir pagar as

mensalidades, principalmente pelo aumento da carestia, piora das condições de vida e desemprego, encontrar-se endividada e dependente de nova operação judicial para que não ficassem jogadas aos tubarões financeiros. É claro que, com a quantia monetária, o “preço por estudante”, aparenta ser menor para essa política do que para a expansão das instituições públicas, mas esse aspecto quantitativo, que ainda pode ser questionado, não leva em conta diversos aspectos qualitativos, como a qualidade de ensino, e se constrói em cima da precarização do trabalho, dos professores e servidores, e do ensino.

Dito isso, é óbvio que, hoje, as instituições públicas não têm capacidade de absorver toda a demanda de ensino superior no país, mas isso não quer dizer que alimentar os tubarões da educação seja o caminho para resolver essa contradição. É para isso que o PCB apresenta uma alternativa revolucionária para os estudantes brasileiros, o programa da universidade popular. E o primeiro passo para desenvolver um ensino público, de qualidade e subordinado aos interesses populares, é a estatização das instituições de ensino superior, seguida de uma ampla expansão do setor, balizada pela qualidade de ensino, e a criação de órgãos deliberativos para a gestão das universidades, que incluam tanto as categorias da universidade, estudantes, professores e servidores, quanto a comunidade em que a universidade se insere. Para construir o caminho para o socialismo, só a organização proletária e a edificação do Poder Popular são possíveis, e não será fortalecendo o capital que faremos isso.

MEMÓRIA

DE JORGE AMADO PARA CARLOS MARIGHELLA*



"Chegas de longa caminhada a este teu chão natal, território de tua infância e adolescência.

Vens de um silêncio de dez anos, de um tempo vazio, quando houve espaço e eco apenas para a mentira e a negação.

Quando te vestiram de lama e sangue, quando pretenderam te marcar com o estigma da infâmia, quando pretenderam enterrar na maldição tua memória e teu nome.

Para que jamais se soubesse da verdade de tua gesta, da grandeza de tua saga, do humanismo que comandou tua vida e tua morte.

Trancaram as portas e as janelas para que ninguém percebesse tua sombra erguida, nem ouvisse tua voz, teu grito de protesto.

Para que não frutificasses, não pudesses ser alento e esperança.

Escreveram a história pelo avesso para que ninguém soubesse que eras pão e não erva daninha, que eras voz de reivindicações e não pragas, que eras poeta do povo e não algoz.

Cobriram-te de infâmia para que tua presença se apagasse para sempre, nunca mais fosse lembrada, desfeita em lama.

Esquartejaram tua memória, salgaram teu nome em praça pública, foste proibido em teu país e entre os teus.

Dez anos inteiros, ferozes, de calúnia e ódio, na tentativa de extinguir tua verdade, para que ninguém pudesse te enxergar.

De nada adiantou tanta vileza, não passou de tenta-

tiva vã e malograda, pois aqui estás inteiro e límpido.

Atravessaste a interminável noite da mentira e do medo, da desrazão e da infâmia, e desembarcas na aurora da Bahia, trazido por mãos de amor e de amizade.

Aqui estás e todos te reconhecem como foste e serás para sempre: incorruptível brasileiro, um moço baiano de riso jovial e coração ardente.

Aqui estás entre teus amigos e entre os que são tua carne e teu sangue. Vieram te receber e conversar contigo, ouvir tua voz e sentir teu coração.

Tua luta foi contra a fome e a miséria, sonhavas com a fartura e a alegria, amavas a vida, o ser humano, a liberdade.

Aqui estás, plantado em teu chão e frutificarás. Não tiveste tempo para ter medo, venceste o tempo do medo e do desespero.

Antonio de Castro Alves, teu irmão de sonho, te adivinhou num verso: "era o porvir em frente do passado".

Estás em tua casa, Carlos; tua memória restaurada, límpida e pura, feita de verdade e amor.

Aqui chegaste pela mão do povo. Mais vivo que nunca, Carlos".

**Texto escrito por Jorge Amado, amigo de Marighella e seu companheiro na bancada comunista da Assembleia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados entre 1946 e 1948. Lido por Fernando Santana (deputado federal do PCB) em 10 de dezembro de 1979 – Dia Universal dos Direitos do Homem – por ocasião do sepultamento dos restos mortais de Marighella no cemitério das Quintas, em Salvador.*